COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 1.038-A, DE 2003. (Apeços o PL nº 1.265/03, o PL nº 2.452/03 e o PL nº 3.768/04)

Acrescenta inciso VIII e parágrafo único ao Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre falta justificada de pais de crianças portadoras de deficiência física para acompanhamento de terapias e tratamentos médicos.

Autor: Deputado RICARDO IZAR

Relator: Deputado JURANDIL JUAREZ

PARECER VENCEDOR

I - RELATÓRIO

O projeto em epígrafe, da lavra do nobre Deputado Ricardo Izar, acrescenta ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho mais uma situação entre aquelas em que o empregado pode deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de salário. Trata-se dos casos em que parecer técnico ou laudo médico específico, emitido por profissional da rede hospitalar pública, comprove a necessidade de pais acompanharem filhos portadores de deficiência física em tratamentos médicos e terapias.

Em sua justificativa, o nobre autor salienta o caráter humanístico da iniciativa, que pretende dar um tratamento mais justo aos portadores de deficiência física, bem como aos pais destas pessoas.

Nos termos dos arts. 139, inciso I, e 142 do Regimento Interno, foram apensados os Projetos de Lei de nºs 1.265 e 2.452, ambos de 2003, e o Projeto de Lei nº 3.768, de 2004, por tratarem de matéria correlata à do epigrafado.

O PL nº 3.768, de 2004, de autoria do ilustre Deputado Celso Russomanno, prevê afastamento por até 60 dias do serviço, com remuneração, e por até 90 dias, sem remuneração, para acompanhar familiares. O PL nº 1.265, de 2003, do eminente Deputado Leonardo Monteiro, estabelece o direito de o empregado se ausentar do trabalho para cuidar apenas de filhos doentes e o PL nº 2.452, de 2003, do nobre Deputado Rogério Silva, para que o pai acompanhe exames pré-natais e pediátricos.

Em consonância com o inciso II do artigo 24 do Regimento Interno desta Casa, as proposições foram distribuídas, para apreciação conclusiva, à Comissão de Seguridade Social e Família, a este legiado, e à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania emitir parecer terminativo quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos.

A primeira Comissão aprovou, unanimemente, as proposições, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Amauri Gasques, que apresentou complementação de voto.

Neste egrégio Colegiado, o ilustre Deputado Dr. Ubiali apresentou, no dia 4 de outubro de 2007, seu parecer pela aprovação do projeto em comento e do substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família, na forma de substitutivo de sua autoria, que altera a redação do artigo 1º, a fim de não dar margem a dúvidas sobre os períodos de licença com e sem remuneração.

Em reunião do dia 19 de dezembro passado, esta Comissão rejeitou o parecer do eminente relator. Coube-nos, nos termos do art. 57, inciso XII, do Regimento Interno, redigir o parecer vencedor.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É inegável o mérito sanitário dos projetos em tela, manifestado no primoroso parecer apresentado pelo Deputado Dr. Ubiali. A análise econômica da matéria impele-nos, entretanto, a observar aspectos de outra natureza.

O ilustre relator menciona, com propriedade, em seu voto, que *“a assunção de tais direitos pode prejudicar a atividade empresarial e, em última análise, aquele que se quer proteger, ou seja, o trabalhador”*. É sobre este ponto que iremos nos deter.

A concorrência em escala mundial exige, a cada dia, maior eficiência, alcançada por meio do aumento da produtividade e da redução de custos. A concessão de licença remunerada para pais acompanharem filhos portadores de deficiência física em tratamentos médicos e terapias aumentaria o já pesado ônus que recai sobre a iniciativa privada, reduzindo as chances de as empresas manterem, disputarem e conquistarem mercados.

No mercado interno, há que se considerar a possibilidade de que tais despesas adicionais sejam repassadas para os preços dos produtos, prejudicando, assim, o consumidor.

Como resultado da medida proposta pelos projetos sob análise, prevemos prejuízos para a atividade empresarial, o que pode representar ameaça à sua sobrevivência e à manutenção e à criação de postos de trabalho, lesando, em última instância, o trabalhador.

Há que se considerar, também, como bem menciona o ínclito Deputado Dr. Ubiali em seu voto, a possibilidade de discriminação dos trabalhadores elegíveis à licença por empregadores que se recusem a contratá-los, por vislumbrarem que estes empregados poderão se ausentar freqüentemente do serviço, prejudicando a produtividade da empresa. Outra forma de discriminação pode ser dirigida aos trabalhadores que fizerem uso freqüente do direito previsto no projeto em comento, elevando o risco de demissão desses empregados.

A nosso ver, do ponto de vista econômico, o projeto principal e seus apensos são economicamente inviáveis, por prejudicar, em última instância, tanto empresas como trabalhadores, o mesmo se dando, por conseguinte, com o Substitutivo do Colegiado que nos antecedeu.

Ante o exposto, **votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.038, de 2003, dos PLs nº 1.265/2003, nº 2.452/2003, e nº 3.768/2004, apensados, e do Substitutivo apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família.**

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JURANDIL JUAREZ
Relator